

## O corpo como objeto de estudo e suas temáticas nas pesquisas sobre publicidade

Tânia Márcia Cezar Hoff  
Escola Superior de Propaganda e Marketing – ESPM  
Brasil  
[thoff@espm.br](mailto:thoff@espm.br)



Doutora em Letras pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH- USP) e Mestre em Artes pela Escola de Comunicação e Artes também pela USP. É professora-pesquisadora do programa de Mestrado em Comunicação e Práticas de Consumo da Escola Superior de Propaganda e Marketing - ESPM. Tem publicado artigos em periódicos e obras do campo da comunicação. Atualmente, dedica-se a pesquisar os seguintes temas: representação de corpo na publicidade; imaginários de corpo e de consumo na mídia; consumo das representações de corpos diferentes do padrão como possível forma de resistência; transformações do discurso publicitário e das práticas de consumo no Brasil. É editora da Revista Comunicação, Mídia e Consumo e também membro do Banco de Avaliadores do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (BASIS-INEP) do MEC

### ABSTRACT

Pretendemos, neste texto, abordar a emergência do corpo como objeto de estudo em trabalhos de comunicação, em especial, aqueles que investigam a publicidade. Consideramos a publicidade como uma produção cultural que denuncia o que os teóricos das Ciências Humanas denominam a era do corpo, quando a relação entre sujeito e corpo encontra-se definida pela possibilidade de reconstituição e reconfiguração plástica da carne, divulgada a um vasto público em decorrência das atuais práticas de consumo. Assim, especulamos acerca das implicações da valorização do corpo em pesquisas que investigam suas representações na publicidade.

Como hipótese, consideramos que a emergência de corpos na publicidade atual é resultante de contaminações discursivas, pois as formações discursivas presentes na publicidade sugerem que se os acontecimentos e imaginários culturais alimentam a produção publicitária, estes também os afetam.

Partimos do argumento de que o corpo é um texto de cultura, conforme propõe Lotman, para apontarmos algumas concepções das ciências humanas presentes nas pesquisas de comunicação, mais especificamente, de publicidade.

### PALABRAS CLAVE

Campo da comunicação, publicidade, estudos do corpo.

## 1. O CORPO COMO TEXTO DE CULTURA

O corpo constitui um objeto de estudo rico, multifacetado e dinâmico. Estudá-lo implica tomar contato com uma plêiade de recortes epistemológicos, concepções, bem como enfoques diversos relativos à temáticas e a campos do saber. No que se refere ao campo da comunicação, considerar o corpo como *texto de cultura*, conforme propõe Iuri Lotman (1979) parece-nos um caminho adequado para aproximar diferentes olhares sem fragmentar em demasia o objeto pesquisado.

O semiótico define texto como "uma mensagem distinta que é claramente percebida como sendo diferente de um *não-texto* e de um outro texto. (...) Um amontoado amorfo de signos não é um texto" (LOTMAN, 1981). Em outra obra afirma que o texto "não representa uma simples sucessão de signos no intervalo de dois extremos. É própria do texto uma organização interna que o transforma, ao nível sintagmático, num todo estrutural" (LOTMAN, 1978). Se o signo é unidade mínima de comunicação, o texto - que pressupõe a combinação de signos de modo a formar um todo de sentidos - é unidade mínima da cultura. Para o referido autor, um mesmo texto pode fornecer informações diferentes para seus vários leitores/consumidores: ou seja, o texto permite leituras diferentes e, portanto, significados diferentes.

Nesta perspectiva, o corpo pode ser entendido como um texto de cultura, pois a identidade cultural – e, em tempos de pós-modernidade, as re-configurações identitárias - de um indivíduo está inscrita no corpo que a expressa por meio de gestos, danças, vestimentas, músculos trabalhados, próteses etc. Trata-se de uma compreensão do corpo humano como resultado dos muitos elementos que conformam a cultura e que, portanto, extrapolam os âmbitos físico-biológico, psicológico ou sócio-antropológico.

O corpo como texto é resultado de práticas culturais: as representações criadas para o corpo descrevem a sociedade como ela pensa que é, ou como gostaria que fosse. Em suma, estamos discutindo o que somos, como vivemos e como, no corpo, registramos o fazer e, também, as aspirações da sociedade. Plurisígnico, ele expressa em linguagens diferentes os significados da cultura: ele registra seus significados, conserva-os como informação e os divulga. Saliente-se que, para Lotman, cultura é "informação não hereditária, adquirida, preservada e transmitida por vários grupos da humanidade" (Op.cit., 1978). Cultura é, pois, convenção, algo fora do biológico e da hereditariedade, construída no nível das relações sociais; daí seu caráter mutável.

Consideramos, nesse texto, que a emergência do corpo como objeto de estudo recorrente nos estudos de publicidade revela aspectos significativos da sociedade contemporânea, em especial, os modos de construção identitária, quando as relações sociais deixam de ser pontos fixos de referência do sujeito para dar lugar a um corpo flexível que permite o acesso a grupos e a práticas as mais diversas. Ou seja, o corpo torna-se o reduto identitário do sujeito, o locus por meio do qual o sujeito pode transitar pelas muitas redes sociais.

### 1.1. Algumas re-significações do corpo-texto nas ciências humanas

A ciência moderna emerge em um período de transformações do fazer científico. Para Renato Janine Ribeiro, a Ciência da Idade Média é *largamente contemplativa* e a "ciência moderna nasce, assim, do esgotamento da especulação – e da contemplação -, que os medievais haviam herdado dos antigos" (RIBEIRO, 2003).

Na modernidade, a ciência deixa de ser apenas especulação e contemplação – herança da Idade Média – dado o incremento da prática nas investigações. Se anteriormente o prático, aquele que conhecia o material e sabia como manuseá-lo, ficava distante do conhecimento científico, agora toma parte do processo de construção do saber. A ciência moderna engendra um novo modelo de conhecimento: ao comportar a técnica, passa a atuar sobre as coisas.

Note-se que o ingresso da técnica suscita a idéia de objetividade, critério básico das ciências desde o século XVII: haverá um objeto que será observado, analisado, comparado, classificado, etc. para que seja possível promover nele os efeitos desejados.

Nesse cenário, em que se concebe a ciência como produção, como ação eficiente e como um terceiro que atua de fora, a certa distância do objeto, as ciências humanas intensificam os desafios e dificuldades, pois instauram um olhar objetivado do Homem para si mesmo: “as ciências humanas partem do escândalo que é o ser humano conhecer a si próprio, misturando as posições de sujeito e objeto” (ROUANET, 2003).

O duplo papel que o Homem se atribui ao forjar uma ciência voltada para si próprio, aciona representações do ser humano para além dos limites da ciência. Heranças de imaginários de outras instâncias da vida alimentarão as construções das ciências humanas juntamente com as novas representações, imaginadas à luz do paradigma moderno de imanência do conhecimento.

Pensemos as representações de corpo nas ciências humanas. Rouanet (2003) entende que o Iluminismo gerou duas concepções de Homem: para uma, “o homem é determinado pelo meio e, para a outra, o organismo determina o essencial da vida do homem”.

Quando se concebe que o homem é produto do meio, a atuação possível ocorre no âmbito das relações sociais, de modo que, ao alterá-las, alteram-se as condições de sua existência. Filiada ao pensamento de Diderot, dentre outros, essa concepção espalhou-se pelos séculos XIX e XX, evidenciando-se nos ideais políticos de esquerda que atribuem à mudança social a possibilidade de transformação das relações de poder.

Entretanto, conceber que o organismo/corpo determina o homem traz implicações: primeiro, porque reduz a humanidade ao corpo, na instância física, e, segundo, por eliminar a possibilidade de transcendência. Ao propor que o homem é apenas corpo e invalidar qualquer idéia de metafísica para o homem, La Mettrie, o médico e filósofo, autor do livro *O homem-máquina*, publicado em 1748, desperta polêmica. Suas idéias pouco ortodoxas são acolhidas, positivamente, como um *humanismo absoluto*, mas também negativamente – e só pelos homens da ciência - como “uma usurpação sacrílega de poderes reservados a Deus” (ROUANET, 2003).

Afirma La Mettrie na referida obra que “os homens eram em tudo próximos dos animais e, portanto, também não tinham alma, eram meras máquinas, conjuntos de engrenagens puramente materiais, sem nenhuma substância espiritual” (ROUANET, 2003). Note-se a ressonância das ciências naturais, em especial da biologia, pois se tudo é apenas corpo, a disciplina torna-se a principal responsável pelo conhecimento do homem.

Reduzindo o homem ao corpo e aproximando-o dos animais, La Mettrie promove uma valorização do corpo numa época em que tudo concorria para o privilégio da metafísica, fosse ela a alma ou a razão. Pode-se dizer que o médico-filósofo, pelo menos em tese, restitui ao corpo a importância perdida no legado do Cristianismo e da razão iluminista.

Sendo corpo, apenas carne, o homem nada tem de sagrado. À luz da ciência, produção humana, seria possível a ele se re-criar. O corpo, instância física, tendo sido desvendado nos seus mecanismos e

engrenagens, pode ser modificado ao sabor do desejo, da necessidade e/ou da criatividade. Não há sacralidade limitadora ou impeditiva para a ação da ciência sobre o corpo segundo a proposição de La Mettrie. Essa vertente moderna de concepção do homem, curiosamente, parece vigorar na contemporaneidade. A noção de homem-máquina pertence ao imaginário de corpo presente na publicidade brasileira atual, posto que alimentos, cosméticos, medicamentos e práticas cirúrgicas alardeiam a possibilidade de intervenção e de modificação para o aprimoramento do corpo.

Curiosamente, também, a proposição de La Mettrie, ao aproximar o homem do animal, remonta ao imaginário religioso e também ao das descobertas e dos colonizadores: o do corpo selvagem (SANTOS, 2000) e, por oposição, o corpo civilizado/educado/sacralizado. O entendimento do termo *selvagem* sugere tanto a idéia de *ausência de religião*, considerando-se por religião o Cristianismo e o território colonizado pela Igreja Católica como marcos de referência para aqueles que têm ou não religião, quanto à idéia de *ausência de cultura*, isto é, não pertencimento ao mundo europeu. Em suma, o corpo selvagem é metáfora do outro, do que não pertence a, ou ainda, do que não tem razão/racionalidade – aceção bastante condizente com a idéia de ciência como conhecimento pela razão.

As ciências humanas, longe de trilharem por um caminho de piso firme, tateiam por entre concepções, perspectivas, re-significações. A proposição de Lotman, *corpo-texto de cultura*, bem aponta para uma compreensão de corpo como linguagem, representação, produção simbólica mutante. Ao abordar, de modo sucinto, algumas das re-significações de corpo no período da modernidade, pretendemos revelar alguns pilares do imaginário de corpo presente na publicidade brasileira atual.

4

### 1.1. Transformações biológicas e culturais do corpo-texto

Da mesma forma que a cultura escreve seu texto no corpo dos habitantes de uma sociedade num certo período de tempo, o corpo também exerce influências na cultura, pois para construí-la são necessários determinados aparatos físicos como inteligência, habilidades motoras e racionalidade.

Observar o corpo na perspectiva biológica implica um olhar de arqueólogo: assim, toma-se um objeto a partir de sua utilização no presente, mas considerando sua antiguidade e, portanto, buscando encontrar vestígios de utilidades e significados anteriores. A metáfora arqueológica torna possível entender que a história evolutiva do homem encontra-se registrada no corpo.

O biológico não está dissociado do cultural. Assim, o corpo biológico constitui-se a partir dos corpos da mãe e do pai e do corpo social, de modo que um corpo-texto é o resultado de muitos outros corpos-texto: “Nossa presente imagem dos lineamentos e da topologia do ‘corpo’ – seus órgãos, processos, fluidos vitais e fluxos – é resultado de uma história cultural, científica e técnica particular” (ROSE, 2001).

O biológico tem sua participação nas possibilidades de criação dos corpos-textos: estudos que buscam explicar como as emoções e o pensamento, por exemplo, são produzidos no nível do corpo humano demonstram que sua conformação biológica afeta - ou é afetada - pela cultura.

O conceito de *cérebro trino*, de Paul MacLean, por exemplo, compreende o cérebro humano como a associação de três tipos de cérebros: o complexo reptiliano - comum a outros mamíferos, e também a aves e répteis; o sistema límbico - comum a outros mamíferos, e o neocórtex - comum a outros mamíferos superiores e a outros primatas. Conforme o referido autor: “somos dotados de uma associação de três computadores biológicos, tendo cada um deles seu próprio tipo de inteligência, seu

próprio sentido de espaço, sua própria memória, suas próprias funções motoras e outras” (Apud CAMPELO, 1997). Tal conformação do cérebro do homem contemporâneo possibilita inferir que entre corpo e cultura existe uma estreita relação de interdependência a ponto de se estabelecer uma mútua influência.

Também o neurologista Antônio Damásio argumenta que existe uma relação entre as emoções e os sentimentos com a racionalidade. Afirma o autor que a ação dos impulsos biológicos, dos estados do corpo e das emoções pode ser uma base indispensável para a racionalidade. Muito provavelmente, a racionalidade é configurada e modulada por sinais do corpo, mesmo quando executa as distinções mais sublimes, age em conformidade com eles. Conforme escreve Damásio (1996): “Os níveis mais baixos do edifício neurológico da razão são os mesmos que regulam o processamento das emoções e dos sentimentos e ainda as funções do corpo necessárias para a sobrevivência do organismo”.

Para o referido autor, o corpo proporciona uma referência fundamental para a mente. Quando vemos, ouvimos, tocamos ou cheiramos, corpo e cérebro participam na interação com o meio ambiente. Na percepção do meio ambiente, o organismo altera-se ativamente de modo a obter a melhor interface possível. O corpo transforma-se: reescreve-se ao longo da história evolutiva – lembre-se, aqui, da noção de texto da Análise do discurso como algo inacabado. Assim, corpo é texto, mas texto inacabado.

A capacidade de tomar decisões, exemplo do refinamento a que nosso cérebro alcançou até o momento, opera-se a partir de uma *maquinaria fisiológica* - para usar uma expressão de Damásio - bastante antiga. Assim, um corpo-texto carrega marcas de outros tempos/textos e guarda, como um sítio arqueológico, artefatos que trazem para o presente outro momento de sua história evolutiva.

Nessa perspectiva, aproximação entre corpo e cultura se evidencia. O corpo humano tem um aparato biológico que lhe permite forjar sua existência, no que difere de todas as outras formas de vida do planeta. O animal é o seu próprio corpo, através do qual vive um eterno presente, preso ao que podem captar seus órgãos dos sentidos; já o homem tem um corpo, pode pensá-lo e tomá-lo como objeto de suas reflexões, ou seja, tem consciência de que possui um corpo e o constrói conforme as representações que produz acerca dele e com base nele, ou seja, nas possibilidades que ele - o corpo - lhe oferece.

O processo evolutivo do cérebro exemplifica a capacidade de transformação do corpo humano que, atualmente, é resultado de muitos textos biológicos e culturais, de tempos recentes e longínquos, talvez não registrados pela nossa consciência nem detectados pela ciência.

Na contemporaneidade, o processo de re-escritura do corpo encontra-se em franca ebulição: o desenvolvimento tecnológico vislumbra possibilidades de conhecimento de partes antes inacessíveis; acena também para possibilidades de ampliar as práticas de intervenções no corpo tanto no que se refere à instância física, mas principalmente à metafísica – ex.: a idéia de se transferir (*download*) a consciência para o computador ou, em outros termos, para um arquivo digital, conforme propõe Hans Moravec (1992).

Lembre-se, aqui, da proposição de La Mettrie: no século XXI, a neurociência, a genética e a criogenia parecem comungar com a concepção de corpo como um conjunto de mecanismos e engrenagens. É certo que há muita polêmica a respeito do futuro das pesquisas nessas áreas: questões éticas, morais e metafísicas. No entanto, o que se pode afirmar, sem acirrar a discussão ou ocultar os fatos, é que o avanço da ciência e o desenvolvimento da tecnologia nos aproximam de um entendimento do corpo como resultado da vontade e do fazer humano. Tais entendimentos de corpo

estão presentes nos discursos médico, científico presentes na publicidade: podemos falar de uma contaminação do discurso publicitário por esses discursos.

### 1.3. Outras transformações: do corpo religioso ao econômico

Abordaremos neste tópico as re-significações constituídas na passagem da concepção religiosa de corpo para a concepção econômica. Entendendo o corpo como texto de cultura, podemos perscrutar as contaminações e as transformações do significado atribuído a ele pelos diferentes saberes.

A substituição do valor religioso pelo econômico realizou-se num período relativamente curto da história moderna. Prevalece na economia valor fundante da concepção religiosa de corpo que entende o homem como herdeiro do pecado original e, associado a ele, de toda sorte de vicissitudes carnis, dada a sua condição profana. Neste quadro de sofrimento do corpo, o trabalho é apenas uma extensão. Uma vez pecadora - condição *sine qua non* da condição humana para a Igreja -, a humanidade está fadada ao sofrimento do corpo e, associado a ele, ao trabalho. Nesta perspectiva, o corpo é sempre instância de aprisionamento: primeiro do pecado e, posteriormente, das leis econômicas.

Aproximadamente dois séculos foram necessários para fazer a transposição do controle do corpo do domínio da Igreja para o do Estado. O século XIX edificou a clássica relação entre produção e trabalho: o operário vende sua força de trabalho - força física, mensurada e controlada no nível da materialidade do corpo, ou seja, produção quantificada em relação ao tempo e ao espaço - e recebe um salário em troca.

O século XX foi palco de transformações profundas na disciplina dos corpos para a produção. O desenvolvimento dos dispositivos disciplinares, isto é, das “técnicas, as estratégias e as formas de assujeitamento utilizadas pelo poder” (REVEL, 2005), pode ser percebido atualmente nas estatísticas que mensuram a média de trabalho realizado num dado setor de uma empresa e definem o quanto cada operário deve produzir num determinado tempo - dia ou semana, por exemplo.

No mundo contemporâneo, entretanto, o controle do corpo não se dá no nível físico. As transformações da sociedade e de seus aparatos tecnológicos definiram novas funções para o corpo. Ao aliar a produção à tecnologia, o trabalho físico - braçal - perde importância no quadro produtivo e o intelectual torna-se fundamental para a economia: os corpos não podem mais ser controlados por referências de tempo e de espaço. O trabalho intelectual requer controles outros que não aqueles que mensuravam quanto foi produzido e em quanto tempo.

Em suma, trabalhos de naturezas diversas pedem diferentes formas de controle: atuar sobre a corporeidade da presença física não garante mais o controle da produção, trata-se de uma representação nova para o corpo que parece ter se libertado das amarras da servidão braçal. Ressalte-se ainda no mundo contemporâneo o refinamento da sociedade de controle. Em *Conversações*, no *Post-scriptum* sobre as sociedades de controle, Delleuze (1992) proclama o surgimento de um novo funcionamento do poder, introjetado e subliminar, o que se observa na atual sociedade de consumo. Da disciplina imposta de forma coercitiva pelo outro, chegamos ao auto-controle. A autodeterminação substitui a coerção. Trata-se da construção de subjetividades que não se fixam nas relações de

trabalho, posto que os sujeitos “não ‘são’ nada mais e nada menos que as cambiantes conexões com as quais eles são associados” (DOMÉNECH, 2001).

Na passagem do corpo religioso para o econômico, emerge tanto a negação quanto a afirmação do corpo. Para a concepção religiosa, o corpo, dimensão física, obscura e incontrolável, é representação de algo negativo - tentação, desejo, materialidade, prazer, manifestação de forças demoníacas e animalescas, inferior, efêmero e finito.

O corpo humano representado pelos ideais da religião era ao mesmo tempo dotado de natureza obscura e indomável e também robusto e resistente para sobreviver às doenças, à miséria material, à falta de higiene e às tentações demoníacas. Embora não prescindia da força física, a concepção religiosa nega sua manifestação material: nega o carnal, na medida em que tenta apagá-lo e que o desvaloriza. O corpo não pertence a Deus, daí negá-lo ou aprisioná-lo ao sofrimento para que não manifeste sua natureza incontrolável e obscura.

Outro aspecto negativo e também contraditório: o corpo aterroriza porque tem sexualidade, necessidades fisiológicas, enfermidades e decrepitude, o que evidencia a fragilidade da carne que morre e apodrece. A finitude do corpo reafirma, contra todas as idealizações da Igreja, a debilidade da condição humana, sempre prisioneira do aspecto carnal e animal - daí profano.

A Igreja concebe o corpo dividido em duas dimensões opostas e inconciliáveis: corpo/carne e alma/espírito. Nesta perspectiva, não há lugar para o corpo no reino de Deus, conseqüentemente não há porque conhecê-lo. Basta reprimir sua natureza carnal, de modo que não contamine a alma: negá-lo significa não reconhecer a condição humana na sua inteireza. Entretanto, um mérito tem a Igreja: o de entender o homem para além de sua materialidade física. O problema da concepção religiosa reside no flagrante privilégio/valorização da alma - considerada algo *a priori*, dado pelo poder divino, anterior e ulterior ao corpo -, o que em última instância reduz o homem à espiritualidade, dada a negação do corpo.

De cárcere da alma à força produtiva, o corpo parece servir aos mais variados exercícios de disciplina e de controle. Algo, porém, foi alterado: enquanto cárcere, é revestido de negatividade e não apresenta razões para investimento; já enquanto força produtiva é ganha positividade e deve receber investimentos.

A economia concebe o corpo como um bem a ser cuidado: daí a preocupação do Estado com a saúde, algo tão valorizado no universo do trabalho. A cisão entre corpo e alma proposta pela Igreja não tem lugar numa sociedade de produção que tem no físico uma instância de ação e de controle/disciplina. Diferentemente da Igreja que concebe a matéria como suporte do imaterial/alma, a economia prevê o cuidado com a matéria e suas potencialidades para a produção. Ao pretender o cuidado do corpo, o Estado o considera para além da materialidade: a educação e os projetos de conscientização bem revelam que também atuam numa instância metafísica, embora bastante objetivados.

Ambas as concepções almejam o controle do corpo, mas sob perspectivas diferentes: para a religiosa, o castigo possibilita o domínio de sua natureza selvagem e, em última instância, sua exclusão ou eliminação, pois a morte consiste numa forma de ação sobre o corpo. Já para a econômica, o objetivo é a sua inclusão à força de trabalho - a exclusão significa menos produção, daí os cuidados para com o corpo. Para a primeira, ele consiste numa ameaça - dimensão de contaminação da alma; para a segunda, possibilidade de riqueza.

Na concepção econômica de corpo, o tempo e o espaço tornam-se aspectos de controle: tempo trabalhado passa a ser computado em horas, dias e meses etc, pois sua organização é

fundamental para garantir a produção em patamares satisfatórios. E não é só o tempo que permite o controle do corpo, mas também o espaço possibilita domínio sobre o quando, o quanto e o como se produz.

O corpo econômico fundamenta-se na ação, uma atitude pró-ativa em nome da subsistência e da produção. A afirmação do corpo resulta no conhecimento de sua materialidade: é necessário entender o seu funcionamento, conhecê-lo cientificamente - na ótica da biologia, daí a importância da medicina no controle do corpo a partir do século XVIII.

Em três séculos, a perspectiva econômica de corpo invadiu todos os aspectos da existência. Para o sociólogo Robert Kurz, as pessoas se transformam em *homo economicus*: com a economização de todas as esferas da vida, podemos falar em economização da consciência, de modo que o corpo transformou-se em mercadoria. Todos os setores da sociedade parecem guiados pelas exigências de uma *economização e comercialização da vida*. O amor e a sexualidade, por exemplo, são pensados em termos de categorias econômicas e estimados segundo critérios econômicos.

No século XX, além da servidão ao trabalho, instala-se a obrigação do prazer – considere-se o crescente hedonismo na atualidade. O corpo, educado para o trabalho e para o prazer, permite considerar, erroneamente, que a humanidade libertou-se das amarras morais construídas pelo discurso religioso cristão. Se a negação contida na concepção religiosa é uma forma de desconhecimento do corpo, a afirmação proposta ao corpo econômico traduz-se em exibição ou visibilidade, mas também não garante conhecê-lo. Embora a concepção econômica tenha possibilitado conhecer o funcionamento do corpo nos níveis físico e psicológico, isto é, conhecer sua natureza, tomando-o como objeto de pesquisa e, portanto, de objetivação, não podemos dizer que conhecê-lo cientificamente resultou em maior consciência de seus limites.

A ciência tem desvendado o corpo: conhecê-lo interna e externamente garantiu maior eficiência no controle para a economia, porém, para o homem comum brasileiro, ele ainda permanece distante e desconhecido. A ignorância do corpo se revela nas estatísticas a respeito da saúde no Brasil: é significativo o número de portadores de enfermidades que poderiam ser prevenidas como as lesões por exercícios repetitivos (L.E.R.), as doenças sexualmente transmissíveis, as de propensão hereditária, as provocadas pelo uso ou indicação de medicamentos inadequados etc.

A afirmação do corpo, tal como acontece no mundo contemporâneo, é apenas outra forma de desconhecê-lo: a exibição – iconográfica e temática - garante apenas um reconhecimento de sua materialidade, mas não sua apreensão integral, considerando seus aspectos físico e metafísico.

A metafísica do corpo manifesta-se na capacidade de saber de si e de extrapolar sua condição momentânea para pensar no passado e no presente. A própria biologia permite que o Homem vá além dos aspectos físicos de materialidade e temporalidade que o prendem ao presente: há um passado biológico registrado no corpo e, da mesma forma, há um futuro que se delinea - a ciência, por exemplo, ao constatar as transformações ocorridas faz seus prognósticos.

Norval Baitello, em *A era da iconografia*, tece considerações muito instigantes a respeito da proliferação de imagens, fenômeno que enfatiza o aspecto físico do corpo. Quanto mais nossos olhos se transformam em receptores de uma massiva produção de imagens, mais desaparecem para eles as profundidades: “Passamos a co-produzir, a partir da ‘ímagô’ primordial, imagens mortas, sem interioridade e sem visceralidade, sem dimensões além da casca, sem vida interior” (BAITELLO, 2005).

Note-se, aqui, uma crítica as imagens da publicidade que mais esvaziam os significados do corpo na sua intensa visibilidade.

#### 1.4. Considerações finais.

Estabelecendo um paralelo entre a multiplicação de imagens de corpo na mídia e a sua (do corpo) recorrente tematização nas artes e na ciência, evidencia-se o que Baitello denomina *antropofagia impura*, isto é, “o processo de seres humanos sendo devorados por imagens” (BAITELLO, 2005). Se, no que se refere às imagens, a exibição obscurece a visão, no que se refere ao conhecimento do corpo, promoveria a desinformação. Tanto se fala e se mostra que, por saturação, nada se vê ou se ouve.

Se ao corpo religioso era imposta a servidão aos desígnios divinos; ao econômico foram apresentados os dispositivos disciplinares que o conformaram para a produção e novamente o domesticaram ou pedagogizaram. Na contemporaneidade, o autocontrole toma o lugar da coerção. Nada fora de um previsível percurso que culmina em agenciamentos da identidade que resultam num sujeito cambiante e flexível, presente nas múltiplas representações do discurso publicitário.

O corpo da contemporaneidade, em especial o do discurso publicitário, encontra-se colonizado e mostra-se bastante afeito aos assujeitamentos ou sujeições promovidas pelo mercado, o melhor correlato para as expansões promovidas pelas cruzadas e pelas navegações há alguns séculos. Entretanto, por ser um corpo re-significado pelo mercado, mantém vívido o imaginário do corpo selvagem: o corpo que evidencia o descontrole, que não condiz com os padrões do grupo ou do segmento que o representa, é o atual corpo selvagem.

O discurso publicitário denuncia os movimentos do mercado que, com sua força colonizadora e lógica da inclusão, cria novas retóricas para ampliar-se, buscando acomodar o que está fora. No discurso publicitário, a medieval noção do termo *selvagem* atualiza-se e reveste-se da idéia de *exotismo*. O corpo exótico presente na publicidade brasileira é a versão *politicamente correta* da noção de corpo selvagem atribuída aos povos diferentes, aos outros desconhecidos de além mar, ou aos de outra cultura. Nesse tipo de produção cultural, os corpos negro e índio, por exemplo, são freqüentemente representados como exóticos.

O discurso publicitário, ao alimentar-se da cultura, contamina-se com os discursos religioso, econômico, médico, tecnológico: todos discursos que de algum modo tematizam o corpo. A publicidade brasileira contemporânea abriga diversas formações discursivas que são abordadas por pesquisadores do campo da comunicação a partir das noções mais disseminadas nas ciências humanas. Podemos dizer que o pensamento contemporâneo a respeito da publicidade muito se apóia nas discussões desenvolvidas nos três últimos séculos a respeito do corpo.

#### REFERÊNCIAS

BAITELLO, N. (2005). A era da Iconografia: ensaios de comunicação e cultura. São Paulo: Hacker.

DELEUZE, G. (1992). Conversações. Rio de Janeiro: Editora 34.

DOMÈNECH, M. et AL (2001). A dobra: psicologia e subjetivação. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org. e trad.). Nunca fomos humanos: nos rastros do sujeito. Belo Horizonte: Autêntica.

DELUMEAU, J. (2003). O pecado e o medo: a culpabilização no ocidente. Bauru: EDUSC, vol 2.

LOZANO, J. (1979). Introducción a Lotman y la Escuela de Tartu. In: Lotman y la Escuela de Tartu. Semiótica de la cultural. Madrid. Cátedra.

LOTMAN, I. et al. (1981). Ensaio de Semiótica soviética. Lisboa: Livros Horizonte.

\_\_\_\_\_. I. (1978). A estrutura do texto artístico. Lisboa: Editorial Estampa.

MORAVEC, H. (1992) . Mind children: the future of robot and human intelligence. Cambridge, Harvard University Press, 1988. Edição portuguesa: Homens e robots: o futuro da inteligência humana e robótica. Trad. José Luís Malaquias F. Lima. Lisboa: Gradiva.

REVEL, J. (2005). Foucault: conceitos essenciais. São Carlos: Claraluz.

RIBEIRO, R. J. (2003). Novas fronteiras entre natureza e cultura. In: NOVAES, Adauto. Homem-máquina: a ciência manipula o corpo. São Paulo: Companhia das Letras.

ROSE, N. (2001). Inventando nossos Eus. in: SILVA, Thomas Tadeu da (org. e trad.). Nunca fomos humanos: nos rastros do sujeito. Belo Horizonte: Autêntica.

SANTOS, Y. (2000). Imagens do índio: o selvagem americano na visão do homem branco. São Paulo: IBRASA.